

A HISTÓRIA RENOVADA: A EMERGÊNCIA DOS NOVOS PARADIGMAS

*Gervácio Batista Aranha**

APRESENTAÇÃO

Falar da emergência de novos paradigmas no campo das ciências sociais, pressupõe que paradigmas outros entraram em crise ou que precisam ser renovados ou substituídos. Ademais, não custa lembrar que os paradigmas entram em crise por motivos óbvios; eles entram em crise porque perdem sua capacidade de explicação do social, porque tornam-se, nessa ou naquela conjuntura, modelos de análise que não têm respostas aos problemas então vivenciados, perdendo seu poder de convencimento e caindo em desuso. Este fato provoca, na ordem do dia, a necessidade de novos campos explicativos ou novas epistemes.

Foi o que aconteceu com certos sistemas ou paradigmas de explicação do social que exerceram um predomínio marcante entre a segunda metade do século XIX e a década de 1960 deste século. Nesta última década e, mais particularmente na de 1970, esses paradigmas explicativos - isto é, os modelos marxista e funcionalista - começaram a falir.

As reações a esses modelos explicativos foram de natureza diversa e existe inúmeros postulados epistemológicos (cada um com suas conseqüências teórico-metodológicas) que resultaram de um "acerto de contas" com os aficionados dos modelos referidos.

Esse "acerto de contas" foi levado a efeito, dentre outros, por filósofos, sociólogos e historiadores - estes reunidos em torno de certas vertentes historiográficas - tendo, cada um a seu modo, contribuído para novas perspectivas de abordagem do social.

Reconheço, por um lado, que esse "acerto de contas" só seria devidamente explicado caso fosse situado na discussão mais geral que envolve a crise da razão⁵⁴, conquanto todos os modelos de análise

* Professor do Departamento de História da UFPB - Campus II e doutorando em história na UNICAMP

54 Certa corrente, cuja base teórica se apoia em Habermas, defende que o que entrou em crise foi uma certa modalidade de racionalismo, mais precisamente a razão dominante no Ocidente, tendo como seu principal vetor a indústria e o Estado modernos. Assim, não deveríamos falar em crise

cujos parâmetros assentavam-se na razão ou, mais precisamente, em certos postulados racionalizadores, deterministas, que apregoavam verdades infalíveis, tenderam à falência a partir de determinado momento, sendo Nietzsche, segundo balizada opinião⁵⁵, o "ponto de viragem" de toda essa discussão, haja vista ter sido ele o primeiro a enfrentar de forma contundente a "infalibilidade" de alguns dogmas, desconfiando, por exemplo, das verdades propaladas pelos aficionados da "deusa" razão ou da "deusa" ciência, indo de encontro aos seus absolutismos.

Por outro lado, reconheço que falar na crise de modelos explicativos ocorrida a partir dos anos 60, conforme anunciei, exigiria, para sua melhor compreensão, dois encaminhamentos: primeiro, uma contextualização relativa aos aspectos culturais e político-ideológicos vigentes à época, especialmente na Europa, para verificar os motivos de tantas "fissuras" e tantas "vozes discordantes", tais como ocorreram, por exemplo, no interior do marxismo; segundo, a verificação do momento específico de sua recepção no Brasil, pois é sabido que muito do que se discute no âmbito das ciências sociais a partir da década referida, na Europa e nos Estados Unidos, só chega ao Brasil quase duas décadas depois.

Pena não poder enfrentar todas essas questões no reduzido espaço deste trabalho. De modo que o objetivo aqui não é analisar as relações causais implicadas na emergência de novos paradigmas explicativos no campo das ciências sociais. É tão-somente mapear um pouco dos fundamentos teórico-metodológicos de cada um desses novos paradigmas, chamando a atenção para as mudanças ocorridas na escrita da história nas últimas três décadas.

da razão como um todo, porquanto essa mesma razão, em seu vetor emancipatório ou em sua herança iluminista, ainda teria muito o que oferecer. Portanto, a razão, nesta última perspectiva, não se apresenta para os habermasianos como algo esgotado, tal como ocorre com a razão dita "instrumental", isto é, a razão dominante em função do poder adquiridos pela indústria e Estado modernos.

55 Ver, a respeito, as reflexões de Habermas sobre o ingresso de Nietzsche no "discurso da modernidade", em que este ingresso é visto como o "ponto de viragem" dessa mesma modernidade, seja porque Nietzsche nega o primado da razão, seja porque deixa claro que não acredita que essa modernidade, nos termos em que está fundada, tenha algo a oferecer. Mas em Nietzsche haveria uma saída para o seu descrédito nessa modernidade ou para o niilismo com que a encara; esta saída, expressa em termos messiânicos, estaria na força redentora do dionisiaco, com destaque para o papel desempenhado pela arte. Cf. HABERMAS, Jürgen. *A Entrada na Modernidade: Nietzsche como Ponto de Viragem*, pp. 89-108. In Jürgen Habermas, *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

Essas mudanças têm sido levadas a efeito por autores e/ou vertentes diversos hoje em voga, com os quais dialogo ao longo dos cinco itens que compõem o trabalho. No item I discorro sobre as contribuições de Michel Foucault à elaboração do trabalho historiográfico, com destaque para a temática geral da disciplina e o instrumental teórico da análise do discurso; no item II, dialogo com a história social na ótica de Thompson, cuja maior contribuição à renovação da historiografia marxista tem a ver com o redimensionamento do conceito de classe a partir das categorias de experiência e cultura operárias; no item III, discuto a renovação da historiografia desenvolvida pelos Annales, em especial no que se refere à recuperação da narrativa e à elaboração de uma antropologia histórica; no item IV, reflito sobre a micro-história italiana a partir da apreensão do método da “redução da escala”; no item V, chamo a atenção para os pressupostos da nova história cultural praticada nos Estados Unidos, focalizando, dentre outras coisas, certas lições de método extraídas do diálogo com a antropologia.

I

Em primeiro lugar, vale a pena destacar as contribuições de um Michel Foucault. Essas contribuições têm vários matizes, sendo um deles o que leva a refletir, especialmente a partir do livro *Eu, Pierre Rivière, que Degolei minha Mãe, minha Irmã e meu Irmão*, acerca de um aspecto que podemos considerar fundante: o de que o pesquisador em ciências sociais, ao recortar um determinado objeto de estudo, deve se preocupar menos com o objeto em si mesmo ou com uma possível verdade que expresse fielmente esse objeto do que em analisar o significado que ele assume para diferentes formas discursivas. Temos, aqui, a idéia de teia discursiva, podendo haver várias teias discursivas sobre um objeto de estudo dado.

De maneira que em Foucault não haveria uma preocupação com a verdade do caso Rivière, haja vista que a preocupação do autor, no texto mencionado, é tão-somente mostrar que o personagem envolvido assume diferentes sentidos para cada uma das teias discursivas em jogo. Para o discurso da criminologia, por exemplo, Rivière teria cometido um crime hediondo, merecendo ser condenado com a pena capital; já para o discurso da psiquiatria, o ato por ele praticado denotava a atitude de um louco, não havendo razão, pois,

para sua condenação à morte: quanto ao discurso do próprio Rivière, que redige um memorando explicando as razões que o levaram a tirar a vida de sua mãe, de seu irmão e de sua irmã, percebe-se que aí ele se apresenta ora como um criminoso, embora mostre que teve razões para cometer o crime, ora como inocente, alegando, neste caso, que não teria cometido crime algum, mas apenas livrado o pai de um “fardo”.⁵⁶

Assim, Foucault é reconhecidamente um autor que fornece um suporte teórico para muitos dos que romperam, há algum tempo, com o velho chavão “é o ser que determina a idéia” ou com a velha metáfora “infra-estrutura/superestrutura”, preferindo, em seu lugar, trabalhar com a idéia de que não existe uma “realidade objetiva” - pelo menos não para os propósitos do conhecimento -, o que existe são redes discursivas em torno de qualquer objeto que se recorte nessa “realidade objetiva”.

Ora, em que pese Foucault assegurar que os acontecimentos não são “*imateriais*”, considerando, ao contrário, que eles se efetivam no “*âmbito da materialidade*”, este autor também considera que eles devem ser vistos, antes, como “*acontecimentos discursivos*”⁵⁷. Isto quer dizer, em termos foucaultianos, que os acontecimentos só adquirem alguma significação ao nível do discurso ou das práticas discursivas, lembrando que nessas práticas estão implicados múltiplos significados, tudo dependendo dos sujeitos que falam, dos lugares em que falam e dos objetivos com que falam.

Neste sentido, em Foucault e em inúmeros de seus intérpretes está claro que as práticas discursivas pressupõem relações conflituosas, não sendo raros os procedimentos para excluir ou silenciar a fala de inúmeros atores sociais.

56 Ver, a respeito dessas questões três pequenos textos inseridos no final do livro organizado por Michel Foucault. Aliás, não seria demais afirmar que, em “linguagem foucaultiana”, cada uma das versões contidas nesses textos erige-se como mais uma teia discursiva sobre o caso Rivière. Cf. PETER, Jean-Pierre, Favret, Jeanne. O Animal, o Louco, a Morte, pp. 187-209; FOUCAULT, Michel. Os Assassinos que se Conta, pp. 211-221; CASTEL, Robert. Os Médicos e os Juizes, pp. 259-275. In Michel FOUCAULT (Org.) *Eu, Pierre Rivière, que Degolci Minha Mãe, Minha Irmã e meu Irmão...* 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. Em textos de autores brasileiros, cujo referencial é a obra de Foucault, também há reflexões em torno do assunto. Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Mennocchio e Rivière: Criminosos da Palavra, Poetas do Silêncio*. In *Resgate*, N. 2, Campinas: Papirus, 1991; RAGO, Margareth. *As Marcas da Pantera: Foucault para Historiadores*. In *Resgate*, N. 5, Campinas: Papirus, 1993.

57 Cf. FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 57.

*“Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”*⁵⁸.

E esta interdição, segundo Foucault, é ainda mais acentuada se as regiões visadas pelos que tentam exercer o direito à fala, são a sexualidade e a política. Aqui os “buracos negros” tenderiam a se multiplicar, ou seja, aqui tenderia a se acentuar as imposições proibitivas à fala (do tipo contestadora), objetivando instituir o silêncio em torno das regiões referidas. O autor esclarece:

*“Como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”*⁵⁹.

Mas se há falas que não se “quer” ouvir, que se quer interditar ou silenciar, porquanto são encaradas como uma ameaça ao instituído, ao que se tornou norma, há aquelas que podem circular sem impedimento de qualquer espécie, sobre as quais se faz um enorme “ruído”; são as falas emitidas pelos detentores de um saber autorizado, institucionalizado, do tipo que não aceita contestação, que tem a palavra final, revelando-se, para os que as emitem, uma *conditio sine qua non* à manutenção dos vários *status quo* vigentes. Trata-se, por assim dizer, da articulação entre saber e poder e do lugar ocupado pelos sujeitos do discurso. Daí o argumento de Foucault:

“Perguntar ao discurso ‘quem’ fala, significa remeter esse sujeito aos critérios de ‘competência’ e de ‘saber’ que lhe asseguram o ‘direito de falar com sentido’, mas significa, sobretudo, remeter o discurso aos ‘lugares

58 Idem, p. 9.

59 Idem, pp. 9-10.

institucionais' de onde o 'sujeito enunciativo' obtém esse direito"⁶⁰.

Assim é que, em linguagem foucaultiana, se tomarmos como exemplos de acontecimentos discursivos as falas do médico, do psiquiatra ou do criminologista, dentre outros, seríamos levados a concluir o seguinte: esses profissionais atuam a partir de seus respectivos espaços institucionais (no caso, o hospital, o hospício, a penitenciária) como portadores de saberes que lhes conferem um imenso poder, o de decidir inclusive sobre a liberdade de ir e vir dos que são objeto de suas práticas discursivas, podendo confinar os corpos dos doentes, loucos ou criminosos nos espaços institucionais de onde emitem suas (poderosas) falas.

As reflexões de Foucault em torno das práticas discursivas o colocam como uma das principais referências para os que trabalham com o instrumental teórico da análise do discurso. Em que pese o caráter polissêmico que a envolve, seus inúmeros interlocutores e possibilidades de enfoques, as reflexões de Foucault têm um lugar garantido em seu universo teórico, muito embora a análise do discurso não se prenda a um autor em particular e se coloque, hoje, em muitos aspectos, para além da perspectiva foucaultiana.

Helena H. Nagamine Brandão, refletindo a respeito, mostra que as idéias de Foucault são fecundas para a análise de discurso e isto pelo fato de que indicam diretrizes que enriquecem este instrumental teórico. Por motivos de economia de espaço, selecionei algumas dessas diretrizes. Uma delas, segundo a autora, tem por fundamento a

*"...concepção de discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode ser mais analisado simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas como um jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva e também como luta"*⁶¹.

Esta diretriz vem de encontro à idéia, já trabalhada acima, de que as práticas discursivas são por excelência conflituosas. Enquanto há os que se arvoram no direito de emitir falas "competentes", falas

60 COSTA, Eleanora Z. *O Acontecimento Discursivo*. In Tânia Navarro SWAIN. (Org.) *História no Plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 191.

61 BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991, p. 31.

revestidas de um imenso poder de autoridade, institucionalmente parantidas, há os que “deveriam” ficar emudecidos(mas que nem sempre aceitam a imposição ao silêncio), cujas falas são encaradas como uma ameaça à sociedade, advindo daí as tentativas de interdição, proibição ou silenciamento.

Outra diretriz reside na idéia de que o

*“...discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional) é gerador de poder”*⁶².

Não obstante tenha se tornado lugar-comum, nas inúmeras reflexões sobre a obra de Foucault, considerar que o saber (não qualquer saber) é gerador de poder, me parece que aqui reside o elemento chave das contribuições do autor relativamente ao instrumental teórico da análise do discurso. Interrogar quem fala, de que lugar fala e com que autoridade fala, parece constituir-se a porta de entrada de toda a problemática que envolve as práticas discursivas.

Em estreita consonância com as duas diretrizes anteriores, uma terceira diretriz assenta-se na constatação de que a

*“...produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder”*⁶³.

Trata-se simplesmente de constatar que os discursos emitidos pelas autoridades ou a partir de um sem-número de espaços institucionais, não se fazem aleatoriamente. Ao contrário, eles são produzidos racional e estrategicamente para atingir um fim determinado, “eliminar” quaisquer ameaças aos poderes instituídos.

Outra contribuição de Foucault tem a ver com o redimensionamento da concepção de poder, associada às práticas disciplinares, tema amplamente discutido em vários de suas textos, bastando considerar, a título de exemplo, a lição de método que se tira de um deles, intitulado *Vigiar e Punir*. Aqui o autor discute com

62 Idem.

63 Idem, p. 32.

profundidade, por ocasião do nascimento da prisão, na França, como se processa o adestramento dos corpos até sua inteira domesticação, tornando-os “dóceis” e, conseqüentemente, mais “produtivos”. O capítulo intitulado os “Corpos Dóceis”, por exemplo, revela-se fundante para os que trabalham com a temática geral da disciplina, inclusive a disciplina no trabalho⁶⁴.

No Brasil, inúmeros pesquisadores em ciências sociais incorporaram a mencionada lição de método para uma redefinição do conceito de poder, significando, com isto, que a idéia de poder não mais condiz tão-somente com o uso corrente de considerá-lo uma espécie de força suprema situada em um imenso pedestal, no caso, a idéia de Estado, também preferindo considerá-lo como sinônimo dessa força vigilante que esquadrinha os corpos em todas as instâncias da vida em sociedade, tornando-os simplesmente “corpos dóceis”. Citar ou criticar os trabalhos sob inspiração foucaultiana, na perspectiva aludida, é impossível no reduzido espaço deste trabalho, porquanto eles comportam uma lista imensa.

II

A história social inglesa, como se sabe, é uma vertente historiográfica que tem estado em evidência nos últimos anos. Mas de todos os intelectuais que a compõem, o destaque é para E. P. Thompson, autor que sem dúvida revolucionou o fazer historiográfico ao nível dessa vertente.

Para não ir muito longe, basta considerar o redimensionamento do conceito de classe em uma de suas obras, isto para citar um único exemplo e ainda assim de forma extremamente resumida. Uma leitura atenta de *A Formação da Classe Operária Inglesa* (título da tradução brasileira de *The making...*), obra densa, deixa claro que, num primeiro momento, a classe não está formada. Se no prefácio Thompson anuncia que “...a classe é uma relação, e não uma coisa (...)”⁶⁵, ao longo da obra esse caráter de relação aparece com nitidez.

64 Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 125-152.

65 THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa* (prefácio). Tradução de Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 11 (coleção Oficinas da História, vol. 1).

Desde as primeiras páginas sobre o momento em que alguns indivíduos se reúnem, em março de 1792, para formar a Sociedade Londrina de Correspondência - uma experiência que toma corpo e que se alastra pela Inglaterra, em que só a Sociedade Londrina conta com dois mil associados após seis meses de criada⁶⁶ - passando pelo estudo das organizações religiosas como experiências para as organizações operárias⁶⁷, passando ainda pela rica experiência dos motins populares e sua tolerância e legitimação por uma "...antiga economia moral paternalista"⁶⁸, dentre outras experiências relatadas, a abordagem de Thompson traduz a idéia de classe em formação ou a idéia de classe fazendo-se na história e fazendo história.

De modo que toda a argumentação de Thompson vai no sentido de entender a classe (no caso, a classe operária inglesa) a partir das relações e da luta efetiva ou, numa palavra, do agenciar humano, da experiência ausente em certos postulados formais-abstratos, ou, mais precisamente, da experiência operária enquanto prática histórica sobre a qual a ortodoxia marxista silencia, levando o autor a não poupar os silêncios do próprio Marx.

Mas a crítica de Thompson, embora endereçada à ortodoxia marxista como um todo, é particularmente endereçada a certa vertente marxista que realiza o que ele chama de "prática teórica", surgida na França no decorrer deste século e de lá se irradiando para o mundo inteiro. Trata-se do marxismo estruturalista althusseriano, cujo

66 Cf. Id. *Ibid.*, p. 15.

67 Ao longo de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, há inúmeras referências a esta classe como portadora de uma cultura religiosa, especialmente no que se refere à influência do Metodismo. Mas longe de considerar, aprioristicamente, a religião como o "ópio do povo", Thompson mostra que essa cultura religiosa é uma rua de mão dupla; isto porque, se de um lado leva ao conformismo, à resignação; de outro, favorece a organização de classe, haja vista que contribui para a criação de laços de solidariedade. Com isto, constata-se que as práticas religiosas, mesmo que indiretamente, pode contribuir para o fortalecimento da classe, porquanto o elemento solidariedade, advindo dessas práticas, pode render politicamente no momento preciso.

68 Não pretendo discorrer sobre o conceito de "economia moral" em Thompson. Gostaria apenas de informar que em *A Formação* ... ele está anunciado de forma bastante sucinta, merecendo, da parte do autor, um tratamento à parte em outro texto, intitulado "Economia Moral de la Multitud" (não existe tradução em português). No mesmo, o conceito é bastante evidente: trata-se do consenso popular estabelecido pelo costume, relativo a certas normas sociais, como as que dizem respeito à garantia da qualidade e preço da farinha de trigo etc. Desrespeitar essas normas, como tantas vezes ocorreu da parte dos comerciantes, levava os populares a se amotinarem exigindo respeito ao direito costumeiro. A "economia moral" era levada tão a sério que as autoridades assumiam uma atitude paternalista diante dos motins e isto pelo simples fato de que estes ocorriam porque obrigações morais deixaram de ser observadas, como o não cumprimento do "justo preço".

esquematismo é de uma pobreza visível e cujo modelo explicativo professa uma história sem sujeitos, para não dizer que a “prática teórica” althusseriana simplesmente retira de cena a própria história. Enquanto modelo teórico abstraído de qualquer experiência humana, no tempo e no espaço, a “prática teórica” elimina a própria vida.

*“Uma nuvem, não maior que a mão de um homem [a mão do Sr. Althusser], atravessa o Canal da Mancha vinda de Paris, e, num momento, as árvores, o pomar, as sebes, o campo de trigo, ficam negros de gafanhotos. Quando por fim eles levantam vôo para se dirigir à freguesia seguinte, os burgos perderam todas as culturas, os campos foram desnudados de todas as folhas verdes da aspiração humana: e naquelas formas esqueléticas e naquela paisagem enegrecida, a prática teórica, anuncia sua ‘descoberta’: o modo de produção”.*⁶⁹

Em termos thompsonianos, é visível a opção por uma história a partir dos “de baixo”. Com isto, poderia ser argumentado que tal opção não seria muito diferente da que estava contida no programa do marxismo clássico. Por acaso, não é pertinente reconhecer que Marx submeteu a sociedade capitalista a uma crítica duríssima? Não saiu ele em defesa da classe trabalhadora ao considerá-la como instrumento da mudança que destroçaria o modo de produção capitalista, encaminhando, em seu lugar, a transição socialista até a implantação “final” de uma sociedade de livres produtores ou comunista? Não esboçou ele a idéia de que o proletariado existia estruturalmente enquanto “classe em si”, mas que poderia tornar-se “classe para si”, isto é, uma classe consciente de sua capacidade de revolucionar ou subverter a ordem vigente?

Não há dúvida que Marx dispensou uma atenção especial ao proletariado. Não dúvida que este esteve no centro de suas preocupações enquanto crítico do capitalismo e intelectual que acreditava que ele seria o agente da revolução. Assim, não estaria ele

69 THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Tradução de Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 184-185.

também preocupado com uma história dos "de baixo"? Em princípio, a resposta é afirmativa.

Ocorre que a preocupação com os "de baixo", em Thompson, encerra uma perspectiva metodológica radicalmente diferente da que é adotada pelo marxismo clássico. Em primeiro lugar, enquanto Marx apenas esboçou muito resumidamente a idéia de "*classe para si*" e o fez abstratamente, sem descer a nenhuma experiência social efetiva, Thompson leva às últimas consequências a idéia de narrar as experiências sociais efetivas dos trabalhadores ingleses relativamente a determinado tempo e lugar. Recorrendo, por assim dizer, ao conceito de experiência, Thompson reconstrói, passo a passo, a história da classe operária em seu país, demarcando cada momento de suas lutas, de seu fazer-se enquanto classe.

Para Thompson, a questão da experiência é o grande termo ausente no contexto da tradição marxista e essa mesma experiência pressupõe, em termos metodológicos, a preocupação com o agenciar humano ou com uma história feita por agentes efetivos em uma realidade dada. A conclusão não deixa de ser óbvia: a ausência de abordagem centrada na experiência resulta em uma história sem sujeitos, ou uma história cuja perspectiva estruturalista simplesmente desconhece ou apaga as ações humanas.

Também é importante considerar que a preocupação com a experiência vem acompanhada com preocupações outras, com idênticas repercussões metodológicas quando comparadas à perspectiva de abordagem marxista em torno da história da classe operária. Refiro-me particularmente à problemática da cultura operária.

Para além da relação capital - trabalho, ou para além dos termos da economia política⁷⁰, Thompson aborda um conjunto de aspectos relacionado ao universo da cultura operária. Com isto, a classe operária inglesa, que é o seu objeto privilegiado de pesquisa, foi focalizada com termos que dificilmente seriam respaldados pelos aficionados da ortodoxia marxista, a exemplo dos que remetem ao

70 Na crítica que endereça a Althusser, por exemplo, Thompson mostra que a ortodoxia marxista tem termos para tudo que é valor - de uso, de troca etc -, mas não tem termos para o valor normativo, isto é, para o valor que regula comportamentos ou estabelece regras de moral. Assim, Thompson deixa subentendido que o marxismo não tem termos para abordar quaisquer questões que extrapolem a economia política. Por exemplo: é impossível ver o significado de um ritual simbólico recorrendo a termos do tipo salário, preço e lucro. Cf. Thompson, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Op. cit., pp. 181-182.

estudo da religiosidade ou do lazer populares, tal como é possível perceber em A Formação...

Também é impossível encontrar, no jargão marxista, termos que expressem a idéia de classe fazendo-se na história e fazendo história a partir do envolvimento dos trabalhadores com uma "cultura radical". Em Thompson, essa "cultura radical"⁷¹ expressa um conjunto de práticas culturais associado ao momento em que a classe, após décadas acumulando experiências de luta, caminha em direção ao "fazer-se" pleno e à aquisição da "plena consciência". O Momento da "cultura radical", ou momento de formação da "plena consciência", já não condiz com as experiências do último quartel do século XVIII, cuja consciência classista se encontrava ainda em "estágio fragmentário"⁷².

Ao assegurar que os limites de seu estudo encerram-se entre os anos 1831-5, haja vista que "...num certo sentido a classe não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita..."⁷³, confirma a perspectiva de que, para Thompson, no momento em que a classe adquire sua consciência plena ela está formada enquanto classe. Ocorre que "...transpor o limiar de 1832 para 1833 é entrar num mundo onde a presença operária pode ser sentida em todos os condados da Inglaterra e na maioria dos âmbitos da vida"⁷⁴.

Percebe-se, com base no exposto, que Thompson não se refere à classe operária como sujeito coletivo mais ou menos

71 Essas práticas culturais, nas primeiras décadas do século XIX, vinculam-se a um intenso "movimento reformador radical" que toma conta da Inglaterra, com sérias repercussões do ponto de vista das transformações políticas e sociais envolvendo os trabalhadores em suas experiências rumo à aquisição da plena consciência de classe. "Núcleos radicais" criados por todo o país, dos quais participam todas as categorias de trabalhadores, são uma prova da importância desse "movimento reformador". Segue, de forma resumida, alguns exemplos das práticas culturais aí desenvolvidas: (1) A luta pela liberdade de imprensa e sua identificação com a causa dos artesãos e diaristas, luta que é levada aos Tribunais pelos reformadores radicais e da qual se faz ampla propaganda junto aos trabalhadores; (2) o estímulo à leitura no seio das classes populares, onde desenvolve-se o autodidatismo e se faz de tudo para diminuir as taxas de analfabetismo entre essas classes, sendo que, em geral, a literatura que se coloca à disposição dos novos leitores visa despertar-lhes uma consciência crítica, periódicos, jornais, panfletos, paródias etc, todos de cunho radical; (3) A disseminação de teatros populares e de oficinas de cartuns também populares, que cumprem um papel político importante como instrumentos de crítica ao status quo vigente etc. Ver, a respeito, o item I (pp. 303-343) do último capítulo da radução brasileira do The Making..., alentado capítulo no qual Thompson discorre sobre a consciência de classe.

72 Cf. Thompson, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa (vol. 3). Op. Cit., p. 411.

73 Idem.

74 Idem.

desterritorializado, algo dado que simplesmente existe como contraparte de uma burguesia, ambas a formar a composição social de uma "totalidade histórica" anunciada com a designação de modo de produção capitalista. Ao contrário, classe em termos thompsonianos define-se como "*categoria histórica*" e, como tal, sua apreensão resulta da observação do processo social ao longo do tempo⁷⁵.

III

Outra vertente que tem contribuído para a renovação historiográfica nessas últimas três décadas é a *nouvelle histoire*. Todavia, há que se considerar que a *nouvelle histoire* envolve momentos distintos quanto à natureza de sua produção historiográfica. Por exemplo, do final dos anos 60, quando de seu surgimento, até 1976, basicamente a única postura nova que as pesquisas mostram são uma abertura para as novas temáticas. Mas as formas de abordá-las são todas herdadas do período imediatamente anterior, isto é, do período que se convencionou chamar de "Era Braudel". É que, num primeiro momento, as formas de abordagem continuam a privilegiar, por um lado, recortes temporais longuíssimos e, por outro, a quantificação em larga escala. Quer dizer, soa no mínimo estranho o enfoque de temáticas novas, ainda mais em se tratando de temáticas culturais, através da quantificação. Mas é exatamente o que acontece num primeiro momento. Trata-se do "quantitativo no terceiro nível", expressão cunhada por Pierre Channy⁷⁶ para designar o uso da quantificação ao nível de temas culturais, sendo que os dois outros níveis, sobre os quais se usava largamente a quantificação, eram o econômico e o social.

Contudo, essa perspectiva de abordagem de temas culturais com base em instrumentais nada condizentes para uma historiografia que se arvorava como nova, dura pouco. Ocorre que já em meados da década de 1970 eclode uma reviravolta no interior da *nouvelle histoire*. É como se pudéssemos falar de uma "ruptura" no interior da "ruptura", ou seja, se o advento desta vertente, no final dos anos 60,

75 Cf. Thompson, Edward P. *La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases Sin Clases?* In Thompson, Edward P. *Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase*, 3 ed. Barcelona: Editorial Critica, 1989, p. 34.

76 Cf. BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales [1929-1989]*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991, p 88.

constituiu uma ruptura em relação a "geração" de Braudel, pelo menos no que se refere à emergência de temas culturais - a trajetória do "porão ao sótão" mencionada por certo historiador inglês⁷⁷ - ela própria sofre uma ruptura interna. Isto ocorre quando da reação ao "quantitativo no terceiro nível", reação que exprime uma crítica ao reducionismo referente ao uso da quantificação ao nível da história cultural e que se configurou a partir de uma "viragem antropológica", um "retorno à política" e do "renascimento da narrativa"⁷⁸.

No conjunto, essas reações indicam mudanças profundas no interior da nouvelle histoire. Soa no mínimo estranho falar-se, por exemplo, em um "retorno à política" ou em "renascimento da narrativa". Esse "retorno" ou esse "renascimento" não estariam a indicar que os novos historiadores negavam radicalmente o programa dos Annales, conquanto "política" e "narrativa" estavam entre os aspectos mais visados nas críticas que este mesmo programa havia endereçado à história erudita?

A resposta é negativa e é negativa porque esses "retornos" são agora de outra natureza, bem diferente da perspectiva antes adotada pelos eruditos. No caso da política, por exemplo, o que buscavam os eruditos senão a preparação de monumentais histórias de reinos ou dinastias, retratando as realizações que julgavam gloriosas por parte de seus monarcas, generais ou diplomatas? O que se busca hoje, em termos políticos, são sistemas de relações ou, mais precisamente, relações de poder, não esquecendo das representações sobre essas mesmas relações, em especial as representações sobre o outro.

No que se refere ao "retorno da narrativa", há que considerar este constituiu um dos pontos altos da renovação historiográfica ocorrida ultimamente. E ao nível da nouvelle histoire esta questão tem sido levada às últimas consequências. É que ela tem a ver com alguns problemas de método e estes têm implicações diretas sobre a escrita da história. Primeiro, ela não deve ser encarada como um retorno à história fatural/episódica do tipo que era produzida pelos eruditos pelo simples fato de que hoje existe uma preocupação com o estilo. Os historiadores hoje se esmeram na produção do texto, procuram dotá-lo de um viés narrativo bem próximo ao que costumamos encontrar na literatura, ao ponto de se poder afirmar que inúmeras obras de história

77 Cf. Id. Ibid., p. 93.

78 Cf. Id. Ibid., pp. 93 e seq.

podem ser lidas hoje por puro prazer, tal como ocorre com os que se debruçam sobre a leitura de um romance ou qualquer outro gênero da ficção.

Sem tornar a escrita da história ficção, pois se tal acontecesse os historiadores estariam fazendo literatura e não história, o certo é que a incorporação do estilo narrativo cumpre hoje um importantíssimo papel: torna a obra de história um texto de leitura agradável, sem o caráter enfadonho das intermináveis descrições ou da enxurrada de dados contidos nos textos eruditos, ou o caráter não menos enfadonho da parafemália de números, organizados sob a forma de gráficos, tabelas, quadros, próprios da história quantitativa. Essa leitura agradável ou prazerosa tampouco se parece com os textos que compõem as "grandes sínteses históricas deterministas", à maneira, por exemplo, dos textos de viés marxista que explicam a história a partir dos modos de produção etc.

Não é à toa que inúmeros historiadores franceses, produzindo conscientemente uma história para agradar, tornaram-se autores de sucesso, cujas obras são consumidas pelo grande público. Um desses historiadores esclarece: *"Não devemos nos iludir: a principal função do discurso histórico sempre foi divertir. A maioria das pessoas lê história para relaxar e sonhar"*⁷⁹.

Mas produzir obras de história que divertem e/ou agradam o grande público não significa produzir obras menos sérias do ponto de vista da informação histórica; não significa que o historiador deu asas à imaginação e simplesmente inventou uma determinada trama, pouco importando se os fatos narrados são ou não fictícios. Elaborar uma história que agrada não significa, pois, fazer concessões para o grande público. Um esclarecimento se revela pertinente:

"O mais urgente foi nos precavermos de qualquer complacência face aos novos leitores. Mas também tivemos de nos esforçar por tocá-los e retê-los. Tratamos portanto de adaptar nossa maneira de escrever, tornando nosso discurso menos áspero (...). Cuidamos de flexibilizar o estilo, mostrando-nos, quando possível, agradáveis. Não creio entretanto que

79 DUBY, Georges. *A História Continua*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1993, p. 107.

o curso de nossas investigações tenha sido desviado”⁸⁰.

Brincando um pouco com a situação, fico imaginando o amante de uma boa literatura que, desconhecendo essa perspectiva de renovação da escrita da história, se equivoca ao ponto de levar para casa um dos títulos da nova história pensando ter adquirido um dos romances de que tanto gosta. Seria isto possível? Acredito que sim. Digamos que esse personagem passe diante da vitrine de uma livraria e se depare com os seguintes títulos de Georges Duby: *Guilherme, o Marechal*; *o Melhor Cavaleiro do Mundo*; *O Domingo de Bouvine*; *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre*. Agora imagine, além dos títulos, livros de capas belíssimas e cujas imagens retratam cenas de luta entre cavaleiros medievais encouraçados, cenas de uma batalha campal travada também por cavaleiros medievais etc. Pergunto: não despertaria tais obras a atenção do referido personagem? Não poderia ele, desavisadamente, adquirir uma dessas obras como se estivesse a adquirir um romance de Cavalaria?

Em se tratando da “viragem antropológica”, a que acima se fez alusão como uma das reações ao uso do “quantitativo no terceiro nível”, o resultado que se obtém é o surgimento de uma história antropológica ou antropologia histórica, cujo elemento fundante para essa aproximação entre história e antropologia, é a incorporação, por parte dos historiadores, do que podemos chamar de dimensão simbólica, um instrumental próprio do domínio do antropólogo⁸¹. Quer dizer, com esta “viragem antropológica” o objeto de estudo continua a privilegiar as temáticas culturais, só que a perspectiva de abordagem muda radicalmente em comparação ao uso anterior do “quantitativo no terceiro nível”. Os historiadores dialogam cada vez mais com a antropologia e o que resulta deste diálogo é que eles familiarizam-se com linguagem e métodos próprios do domínio dos profissionais da disciplina vizinha, procurando incorporá-los e adequá-los, na medida do possível, ao tratamento histórico das temáticas culturais sobre as quais se debruçam. O exemplo é emblemático:

“As idéias de Goffman, Turner, Bourdieu, De Certeau [todos antropólogos de renome] e

80 Cf. *Ibid.*, p. 108.

81 Cf. BURKE, Peter: *Op. cit.*, p. 94.

... outros foram adotadas, adaptadas e utilizadas para construir uma história mais antropológica. Jacques Le Goff, por exemplo, vem trabalhando há mais de vinte anos no que pode ser descrito como antropologia cultural na Idade Média, indo da análise estrutural das lendas ao estudo dos gestos simbólicos da vida social, especialmente o rito da vassalagem(...)⁸²

Além de Jacques Le Goff, outros historiadores da nova geração dos Annales têm se aproximado da antropologia para a elaboração de uma história antropológica. É o caso de Georges Duby, outro medievalista de renome, que, através de uma série de depoimentos pessoais, fala dessa experiência, e sobre a qual teço alguns comentários. Reconhecendo a dívida dele próprio para com a antropologia, afirma que deve à leitura de textos antropológicos uma profunda mudança de rumos em sua investigação da sociedade feudal. Em sua leitura de Meillassoux, Auge ou Althabe, por exemplo, familiarizou-se com os conceitos de “reciprocidade ou redistribuição”, levando-o a ver com novos olhos a sociedade feudal, reconhecendo, em especial, que a economia não ocupava a importância destacada que antes lhe atribuía⁸³.

Também leu Mauss, Polanyi, Veblen, os quais ensinaram-lhe a encarar a questão da “gratuidade dos circuitos de troca”, o que o levou a constatar, em relação à sociedade feudal, que uma parte considerável do que os camponeses produziam e levavam ao mosteiro ou ao castelo não assumia o caráter de renda fundiária, como antes ele a percebia, mas de “presentes simbólicos”. Até porque, em troca, os camponeses almejavam alcançar a graça divina ou ter a garantia de que a ordem pública e a justiça estariam assegurados⁸⁴.

Assim, os estudos que Duby empreende sobre os mitos e ritos ou sobre as relações de parentesco decorre da aproximação que manteve com a antropologia. Mas o exemplo maior da influência desta disciplina na obra de Duby parece residir mesmo no estudo que empreendeu sobre a batalha de Bouvine, que resultou na publicação de um ensaio de antropologia histórica sobre esta guerra feudal.

82 Id. *Ibid.*, p. 95.

83 Cf. DUBY, Georges. *Op. cit.*, p. 82.

84 Cf. Id. *Ibid.*, pp. 82-83.

Apossando-se de todos os relatos de época sobre a referida batalha, Duby põe mãos à obra. O primeiro desses relatos, da autoria do capelão de Filipe Augusto, rei de França, redigido no calor do momento e que teria sido o verdadeiro criador daquele acontecimento, tem muito a dizer ao ser explorado à maneira dos antropólogos: *"Recolhi suas palavras como um etnógrafo recolhe as do informante indígena que procura fazer falar. Ouvi-as, atentamente, para compreender como a ação militar era concebida na França do início do século XIII(...)"*⁸⁵. Indo além dessa perspectiva, ele interroga de maneira surpreendente os relatos que encontra sobre o domingo de Bouvines:

*"Eu procurava igualmente captar o comportamento daqueles rapazes e homens mais maduros, às vezes já incapacitados, que vociferando, morrendo de sede, encefaleados pela poeira do terreno pisoteado, agitaram-se como condenados em suas couraças, naquele dia de verão. De que instrumental dispunham? Que gestos faziam, manejando essas armas, conduzindo suas montarias? Eu tentava inclusive penetrar em suas consciências. Que pretendiam? (...) Tinham medo os cavaleiros? E de que? Qual o herói mítico cuja arrogância empenhavam-se em imitar? (...) Em suma, eu observava exatamente como Margáret Mead [uma importante antropóloga] observara os manus. Tão desarmado quanto ela, mas não mais"*⁸⁶

Depreende-se, do depoimento exposto, que a pesquisa histórica é então envolvida por um sopro renovador, para não dizer pleno de vida. O recorte temático - uma batalha campal ocorrida em certo domingo do ano de 1214 -, os materiais aos quais recorre, o olhar que lança sobre esses materiais, a linguagem de que faz uso, são indicativos de que o autor realizou um autêntico trabalho de antropologia histórica. Sendo um trabalho originalmente publicado em 1973, a data em si já diz muito. Diz do momento em que a "escola"

85 Id. Ibid., p. 110.

86 Id. Ibid., p. 111.

do Annales está passando por uma profunda mudança de rumos, a trajectória do "porão ao sótão" já referida anteriormente.

Mas é evidente que a nouvelle histoire não se resume às contribuições dos medievalistas Jacques Le Goff e Georges Duby. Ao contrário das fases anteriores do que se convencionou "escola" dos Annales, que tendiam a concentrar maiores responsabilidades em torno de alguns poucos nomes - Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel - atribuindo-lhes também maior peso intelectual, a nova fase não tem este tipo de problema. Aqui o leque ampliou-se significativamente; são inúmeras as contribuições; e mesmo que existam os mais produtivos, os que se destacam, já não existe o "estrelato" de antes, do tipo que acompanhava um Fernand Braudel por exemplo. Qualquer tentativa de enumerar todas essas contribuições, ainda que resumidamente, nem de longe caberia no reduzido espaço deste trabalho.

IV

No que se refere à vertente historiográfica acima intitulada de micro-história italiana, cujo perfil é definido a partir das teses defendidas por um grupo de historiadores que se reúne em torno da revista *Quaderni Storici*, órgão de divulgação acadêmica bastante conhecido na Itália, suas contribuições para a renovação historiográfica, nessas últimas décadas, são dignas de nota, como as contribuições de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

São inúmeras suas contribuições para a renovação do fazer historiográfico. Para que possamos ter uma idéia dessas contribuições, basta recortar um único aspecto, que diz respeito a uma questão de método. Trata-se de suas reflexões acerca de uma "redução da escala", talvez a mais original das contribuições do grupo para a renovação da micro-história, método que tem como características essenciais, dentre outros aspectos, uma "*análise microscópica*" e um "*estudo intensivo do material documental*"⁸⁷.

Mas reduzir a escala não significa, para os micro-historiadores italianos, perder de vista as "*estruturas sociais complexas*". Ao contrário, significa descrever essas "estruturas", só que incorporando a

87 Cf. LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. In Peter Burke. (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 136-137.

...visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de uma situação na vida”⁸⁸. Percebe-se, aqui, a idéia clara de que a “redução da escala” serve, para usar uma expressão de Giovanni Levi, a “*propósitos experimentais*”, ou seja, temos a idéia clara de que a partir de um pequeno acontecimento pode-se chegar a realidades mais profundas. São emblemáticos os exemplos:

“O enfoque sobre um único quadro e a identificação de quem ele representa como um meio de investigação do mundo cultural de Piero Della Francesca; o estudo das estratégias matrimoniais consanguíneas em uma pequena aldeia da região de Como para revelar o universo mental dos camponeses do século dezessete; a introdução do tear mecânico, observada em uma pequena aldeia têxtil, para explicar o tema geral da inovação, seus ritmos e efeitos; o estudo das transações de terra de uma aldeia para descobrir as regras sociais do intercâmbio comercial que operam em um mercado que, além disso, teve de ser personalizado”⁸⁹.

Os exemplos são de fato emblemáticos e não poderia haver maior clareza quanto à idéia de “redução da escala”. É certo que Giovanni Levi, para justificar a “redução da escala” nos termos mencionados - isto é, baseado na idéia de que a partir de um pequeno acontecimento pode-se chegar a realidades profundas -, faz uma crítica ao que ele considera os “*perigos do Geertzismo*”, ou seja, os “perigos” contidos numa proposta de “*relativismo cultural*”⁹⁰. Mas críticas à parte, porquanto não uma verdade intrínseca do lado que elabora a crítica ou não há um equívoco intrínseco do lado criticado⁹¹, o certo é que a micro-história, nos termos aludidos, tem de fato contribuído para a renovação do saber histórico.

88 Cf. Idem.

89 Idem, p. 140.

90 Cf. Idem, p. 147.

91 Se Geertz é criticado por ser um autor que adota uma perspectiva de “relativismo cultural”, quem garante que a melhor “opção” é partir de um pequeno acontecimento com a finalidade de atingir “estruturas sociais complexas”? Não seria mais interessante reconhecer que as duas perspectivas de abordagem, cada uma a seu modo, tem contribuído para a renovação do fazer historiográfico?

Também Carlo Ginzburg, em texto redigido em co-autoria com Carlo Poni, publicado originalmente em 1979 na revista *Quaderni Storici*, reflete sobre a análise micro-histórica, que ele e Carlo Poni consideram “bifronte”. Isto porque,

*“...por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula”*⁹².

Verifica-se, aqui, o mesmo sentido já expresso por Levi, em que a “constituição do vivido” pode ser tomado como sinônimo de “pequeno acontecimento” e “estruturas invisíveis” como sinônimo de “estruturas sociais complexas”. Mas esta questão não se resume, em Ginzburg, ao trecho citado. Ao contrário, ela perpassa um grande número de ensaios de sua autoria. Nos oito ensaios que compõem o livro *A Micro-História e Outros Ensaios* - todos originalmente publicados entre 1979 e 1989 -, dois dos quais em co-autoria com outros autores italianos, a reflexão levada a efeito por Ginzburg remete, dentre outras coisas, ao estudo de fenômenos aparentemente “negligenciáveis”, ao estudo de casos bem delimitados, mas cujo fim último é chegar à “*iluminação de realidades profundas*”, à relação entre história e morfologia etc.

Num dos ensaios, em que analisa questões de método num livro da autoria de Natalie Zemon Davis, Ginzburg mostra exemplos de estudos que adotam a “*...redescoberta do evento como terreno privilegiado para a análise de entrecos de tendências históricas profundas*” ou “*captam o concreto dos processos sociais através da reconstituição de vidas de homens e mulheres de condição não privilegiada...*”. Tais exemplos são, respectivamente, o estudo de Duby sobre Bouvine e a sua “*Batalha Campal*” e o próprio estudo de Davis sobre “*O Retorno de Martin Guerre*”⁹³.

Mas de todos os escritos teóricos do Grupo, em especial de Ginzburg, o que reflete de forma mais significativa sobre a micro-

92 GINZBURG, Carlo, e PONI, Carlo. *O Nome e o Como. Troca Desigual e Mercado Historiográfico*. In Ginzburg Carlo et alii. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: Difel, 1989, pp. 177-178.

93 Cf. GINZBURG, Carlo. *Provas e Possibilidades à “Margem de Il. Retorno de Martin Guerre de Natalie Zemon Davis*. In Idem, p. 181.

história ou sobre a adoção de uma “microanálise” ou ainda uma análise semiótica, tendo por objetivo atingir realidades mais profundas, é sem dúvida o texto intitulado “*Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*”.

Não sem antes se preocupar com as raízes deste paradigma, as quais são buscadas nos métodos de investigação adotados pelo crítico de arte Morelli, pelo detetive Sherlock Holmes nas novelas de Conan Doyle e pelo psicanalista Freud, Ginzburg refere-se a este paradigma como um método interpretativo centrado no pormenor, isto é, centrado em pistas, indícios, sinais. Essas pistas, indícios ou sinais, segundo Ginzburg, apesar de aparentemente sem importância, podem ser reveladores de realidades mais profundas⁹⁴.

Precisando melhor, essas pistas, indícios ou sinais são do seguinte tipo: enquanto Freud analisa observando “*sintomas*” e Holmes investiga através de “*indícios*”, Morelli atribui autoria a um quadro por intermédio de “*sinais pictóricos*”. Nos três casos obtêm-se exemplos de uma “*microanálise*” própria da “*semiologia médica*”. Até porque Conan Doyle, o criador de Holmes, era formado em medicina, o mesmo acontecendo com Morelli e Freud⁹⁵. Quer dizer, Freud chegava às “profundezas” do inconsciente observando sintomas num ou noutro paciente, Holmes desvendava crimes misteriosos observando um ou outro indício, e Morelli reconstituía a originalidade dessa ou daquela obra de arte observando sinais pictóricos, isto é, detalhes característicos desse ou daquele artista, não deixando dúvidas sobre as tentativas de imitação ou falsificação.

V

Em se tratando da vertente que costumamos intitular genericamente de nova história cultural, gostaria de destacar as contribuições de dois autores, ambos representantes do ramo norte-americano que tem se desenvolvido ao nível dessa vertente. Refiro-me às contribuições levadas a efeito por Robert Darnton e Natalie Zemon Davis.

94 Cf. GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*. In Ginzburg, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143 e seq.

95 Cf. Idem, pp. 150-151.

Chamo a atenção, em primeiro lugar, para uma questão que parece ser lugar-comum na produção de ambos, o estreito vínculo que mantém com a antropologia. Em relação a Darnton, por exemplo, é sabido o quanto sua obra tem sido marcada por certa leitura antropológica, as lições de método oriundas da hermenêutica geertziana.

O método da “descrição densa”⁹⁶, tal como é operado semioticamente pelo geertzismo, exerce uma forte influência na obra de Darnton, bastando ver, a respeito, que a forma como este historiador ler um texto - um documento, uma narrativa de época - é bem próxima da leitura que o geertzismo leva a efeito ao deparar-se com os depoimentos “nativos”. Ler semioticamente essas fontes - a do antropólogo e a do historiador - com base na “descrição densa”, é preocupar-se com os significados - seja através de idéias, gestos, atitudes - inscritos nas ações dos atores sociais estudados, que expressem as visões de mundo de uma sociedade dada.

Tais significados, como é de se prever, nem sempre estão dados a conhecer de forma explícita nas fontes à disposição dos antropólogos ou historiadores, exigindo que eles interpretem (densamente) também (e principalmente) aquilo que não está dito por essas fontes, aquilo que muitas vezes expressa-se por meio da linguagem simbólica⁹⁷.

Desvendar o sentido inscrito na linguagem simbólica, ou o que dar no mesmo, conseguir captar a “dimensão social do sentido”, penetrando nos meandros de um mundo de significações aparentemente invisíveis, exige do pesquisador um enorme esforço de interpretação. É que desvendar esse sentido coloca o autor da pesquisa diante de um desafio, o de descobrir os “segredos” dos gestos, atitudes e comportamentos que se expressam simbolicamente. É o pleno direito dado a um autor, o direito de interpretar com uma certa liberdade, sem o qual não haveria como encarar o referido desafio.

96 Sugiro, para uma compreensão do que vem a ser o método da “descrição densa”, uma leitura atenta do capítulo 1 do livro *A Interpretação das Culturas* (Cf. GEERTZ, Clifford, *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989).

97 Recorrendo aos antropólogos, ou mais precisamente aos que realizam estudos etnográficos, Darnton explica que estes têm uma compreensão correta acerca de como funcionam os símbolos, porquanto são de opinião que os símbolos transmitem múltiplos sentidos e que esses sentidos podem ser objeto de interpretações diferentes por diferentes pessoas. Cf. DARNTON, Robert. *História e Antropologia*. In Darnton, Robert. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p 285.

O exemplo mais enriquecedor, em Darnton, de como trabalhar um texto à maneira dos antropólogos ou, mais precisamente, da antropologia geertziana, está no seu *Os Trabalhadores se Revoltam: o Grande Massacre de Gatos na rua Saint-Severin*, cujo ponto de partida é uma narrativa de época atribuída a um trabalhador contemporâneo do episódio, de nome Contat, em que tal narrativa assume o papel de “informante nativo”.

Interpretando-a ou lendo densamente, o autor explora uma multiplicidade de sentidos relativamente ao episódio narrado. A “informação nativa”, ao passar pelo crivo da “interpretação densa”, adquire tons e cores diversos, significados múltiplos e inesperados. Assim, a “informação nativa”, enquanto expressão de uma época e de uma cultura é uma coisa; outra coisa bem diferente é essa mesma informação após submeter-se aos rigores pormenorizados da “descrição densa”, que lê semioticamente o sentido inscrito em cada palavra, em cada gesto, em cada atitude; que lê, enfim, explorando as entrelinhas etc.

No que diz respeito às contribuições de Natalie Zemon Davis, há que considerar que ela começou sua carreira de historiadora trabalhando na perspectiva da tradição marxista, mas cedo rompeu com certas postulações que serviam de suporte a esta corrente, em particular as que enfatizavam as forças sócio-econômicas como determinantes na história. Assim, se se colocasse na ordem do dia, para os seguidores da tradição marxista, questões relativas à “formação das percepções culturais”, com certeza explicariam simplesmente que esta última, estando relacionada à superestrutura, teria sido determinada por uma base, no caso, aquelas forças sócio-econômicas⁹⁸.

Rejeitando o simplismo presente no esquema “base-superestrutura”, Davis, a exemplo de outros “rebelados” contra os determinismos dos que liam a história sob a ótica marxista, cedo aventa novas perspectivas de abordagem do social. Já na sua tese de doutorado, que versa sobre os impressores e protestantes da Lyon no século XVI, ela começa a questionar a validade do modelo de classe sustentado pelos marxistas como elemento determinante na história.

98. Cf. DESAN, Suzanne. *Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Zemon Davis*. In HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 67.

passando a valorizar, em seu lugar, questões relativas ao comportamento e a atitude⁹⁹.

Mas se a valorização de aspectos relacionados ao comportamento e a atitude, adotada por Davis, deixa claro que o eixo de abordagem mudou, que a preocupação agora passa a ser com o papel da cultura como fator de mudança histórica, também deixa claro que essa mudança de perspectiva tem a ver com a incorporação de uma linguagem, por parte do historiador, que durante muito tempo não fez parte do seu metier, porquanto pertencente ao antropólogo.

Comportamento, atitude etc, são termos que remetem ao mundo da cultura e este, como se sabe, é o objeto privilegiado de pesquisa dos antropólogos. Ademais, este vínculo se estreita mais ainda quando o que está em jogo é a explicação do comportamento ou da atitude dos atores sociais, na vida cotidiana de sociedades datadas, a partir de seu significado simbólico, haja vista o fato de que, neste caso, os termos referidos tornam-se objeto de abordagem por parte dos que fazem a antropologia cultural simbólica. Foi neste ramo da antropologia que Davis buscou inspiração para a elaboração de sua obra, tal como a inspiração que ela buscou para a compreensão dos elementos simbólicos da prática religiosa no período da Reforma¹⁰⁰.

Vejo, aqui, implicadas algumas questões de método. Primeiro, o recorte em torno de aspectos relacionados ao mundo da cultura, indica claramente que a autora, a exemplo de outros historiadores culturais, se aproxima da antropologia. É este campo do saber que possui linguagem e metodologia apropriados ao tratamento das temáticas culturais, cabendo ao historiador inspirar-se e tirar lições de método¹⁰¹ da prática acumulada pelos seguidores da disciplina vizinha. Esta inspiração e lições de método têm de fato de acontecer e inúmeros historiadores culturais, a exemplo de Natalie Zemon Davis, conseguem tirar grande proveito do diálogo que estabeleceu com a antropologia visando o enriquecimento do saber histórico.

99 Cf. Id. *Ibid.*, p. 67.

100 Cf. Id. *Ibid.*, pp. 70-71.

101 Um exemplo marcante pode ser a capacidade do profissional da história em aprender a lidar com seus "informantes nativos" visando apreender o significado inscrito em seus pontos de vista e de seus contemporâneos, tarefa nada fácil para este profissional, uma vez que seus "informantes nativos", ao contrário dos que informam o antropólogo em suas experiências etnográficas, geralmente são informantes indiretos, cujas falas têm que ser buscadas nos arquivos.

Outra questão de método da maior importância tem a ver com o aprendizado, adquirido pelos historiadores culturais, para lidar com a linguagem simbólica. Sendo o manejo dos símbolos um campo que é por excelência do domínio do antropólogo, mais uma vez o historiador tem que extrair lições de método da experiência acumulada pelo profissional da disciplina vizinha.

Mas este aprendizado não é nada fácil, já que os significados simbólicos costumam se manter de forma mais ou menos “invisíveis” nas fontes consultadas ou “escondidos” em suas entrelinhas. De modo que uma análise realizada por um leitor pouco perspicaz tenderia a não incorporar uma leitura (simbólica) dessa ou daquela atitude popular que carecesse de uma incursão por esse universo “opaco” ou “obscuro”, o universo dos símbolos.

Desvendar o universo dos símbolos exige, pois, que se faça uma leitura atenta, perspicaz, voltada ao pormenor; uma leitura, enfim, nada convencional, do tipo que não se deixa enganar pelos aspectos meramente aparentes. Ocorre que a linguagem simbólica tem algo de maravilhoso; trata-se da capacidade que os atores sociais têm de expressarem - em determinado tempo e lugar, seja por intermédio de uma atitude, um gesto, uma idéia - uma coisa para significar outra ou a capacidade de atribuírem significado a um fenômeno que é diferente de sua forma aparente. Na verdade, o que encanta na linguagem simbólica é a capacidade que os indivíduos têm para atribuírem significado a algo como se estivessem a guardar um “segredo”, tornando-o aparentemente invisível.

Compete ao pesquisador em ciências sociais, em particular aos que trabalham com o universo da cultura, decifrar esse mundo de significações. Na realização desta tarefa, os historiadores culturais têm de fato aprendido com os antropólogos, e Natalie Zemon Davis, a exemplo de Darnton e outros, tem enriquecido sua obra com este tipo de contribuição.

Dai o fato de que a obra desta autora reflete a influência de uma gama de antropólogos simbólicos, tais como Clifford Geertz e Mary Douglas, dentre outros¹⁰². Lendo atentamente um dos ensaios de sua autoria, intitulado Ritos de Violência, percebi que essa influência está presente em cada página, haja vista o forte acento no simbolismo

¹⁰² Cf. DESAN, Suzanne. Op. Cit., p. 70.

com que as multidões do século XVI praticavam a violência para afirmar sua crença religiosa.

Os exemplos se multiplicam no referido texto. Dois desses exemplos, um relativo às multidões católicas, outro às protestantes, revelam-se emblemáticos:

“O significado religioso da destruição pela água ou pelo fogo é suficientemente claro. Os rios que receberam tantos cadáveres protestantes não são apenas túmulos coletivos convenientes; são temporariamente uma espécie de água benta, uma característica essencial dos ritos católicos do exorcismo. O fogo que destrói a casa do boticário protestante em Montpellier deixa atrás de si não o cheiro da morte do herege que a multidão tinha enforcado, mas de especiarias, pairando no ar durante dias como incenso”¹⁰³

O simbolismo é visível. Para as multidões católicas, a água que recebesse cadáveres protestantes ficava temporariamente purificada, tornava-se água benta. Quer dizer, assassinar os protestantes hereges e jogar os cadáveres em um rio simbolizava um ato de purificação, exorcizando todo o mal representado pelos seus inimigos religiosos.

Da parte das multidões protestantes, não é menos o visível o simbolismo de que se valiam para a prática de ações violentas.

“Não é suficiente limpar pela rápida e enérgica demolição, não é suficiente purificar pela grande queima pública de imagens, como em Albiac, com as crianças recitando recitando cerimonialmente os Dez Mandamentos em torno do fogo. A linha entre o sagrado e o profano foi também redesenhada ao atirar-se a hóstia sagrada aos cães, ao assar-se o crucifixo sobre uma escarradeira, ao usar-se óleo santo para engraxar botas e ao deixar-se excremento

103 DAVIS, Natalie Zemon. *Ritos de Violência*. In Davis, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*. Tradução de Marisa Correa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 149-150.

*humano nas pias de água benta e em outros
objetos religiosos*¹⁰⁴

Percebe-se, assim, que as multidões protestantes se valem do “simbolismo da purificação” pelo fogo ao queimarem publicamente as imagens que tanto abominavam. Mas, mais que isto, tentam desacreditar a religião do outro escarnecendo violentamente de todos os seus símbolos sagrados, tais como a hóstia, o crucifixo, a água benta etc. E atacar os símbolos sagrados da religião do outro talvez representasse uma violência maior que simplesmente atentar contra sua integridade física ou simplesmente assassiná-los. Atacar publicamente esses símbolos representava não só uma negação pura e simples da religião do outro, mas uma tentativa de expô-la ao ridículo e de insulto violento aos seus seguidores.

Ao meu ver, não poderia haver maior clareza quanto à influência da antropologia simbólica na obra de Davis. Ela é uma historiadora que ao estudar um dos seus temas preferidos, a religiosidade popular no início da França moderna, soube explorar muito bem as lições que tirou de seu namoro com a antropologia: no caso, explorar os significados simbólicos inscritos nas ações dos crentes. Todavia, Davis não teria se aproximado dos antropólogos sem reservas. Suzanne Desan, por exemplo, mostra que Davis critica particularmente a tendência da antropologia em ignorar a transformação, explicando-se, por assim dizer, sua preocupação em “*combinar insights antropológicos com uma maior sensibilidade à dinâmica histórica*”¹⁰⁵.

Mas esta reserva não existe só da parte de Davis. Outros historiadores culturais também a manifestam, tais como Darnton, Thompson etc. Trata-se da constatação de que é da natureza do trabalho historiográfico a preocupação com recortes espaço-temporais bem definidos, cuja preocupação básica reside na percepção da transformação ocorrida no contexto desses recortes espaço-temporais. Assim sendo, fica difícil dialogar com certas vertentes antropológicas, como, por exemplo, com a antropologia estrutural simbólica ou precisamente com Claude Lévi-Strauss, cujo viés estruturalista, presente em alguns conceitos, remetem a uma perspectiva de

104 Id. Ibid., p. 150.

105 Cf. DESAN, Suzanne. Op. Cit., p. 70.

atemporalidade ou, o que é pior, a uma história sem sujeitos datados. É isto o historiador não pode aceitar¹⁰⁶.

Ainda em relação a Natalie Zemon Davis, há um último fator a considerar. Se é certo que sua preocupação é com a cultura - vale dizer, com o comportamento e a atitude, com as maneiras de sentir e pensar de uma época, com as visões de mundo então vigentes -, não é menos certo que sua preocupação é com a cultura cujos atores sociais são as classes populares. De forma que seu objeto privilegiado de pesquisa é a reflexão em torno das "concepções culturais populares", ao ponto de podermos afirmar que o tempo todo Davis tem estado com um pé na história social.

No conjunto, os oito ensaios que compõem sua obra de referência, intitulada *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no início da França Moderna*, revelam que ela realizou um

*"Trabalho de tecelã, articulando fragmentos pequeníssimos numa filigrana que procura retratar a experiência social de sujeitos pertencentes às camadas populares, até então praticamente ausentes da narrativa histórica"*¹⁰⁷.

O próprio título *Culturas do Povo* já diz muito. São múltiplos os sujeitos que entram em cena, camponeses, artesãos e as demais camadas populares das cidades. No conjunto, a autora procura esboçar um rico painel de sua cultura, descrevendo inúmeras de suas práticas cotidianas, analisando suas crenças, atitudes e visões de mundo. Mas os têm privilégios não ficam de fora. Por exemplo: os "muitos ricos", os "poderosos", os "educados" e o "clero" também entram em cena para compor a trama histórica, embora só apareçam na medida em

106 Em trabalho que desenvolvi junto ao programa de Pós-Graduação em História na UNICAMP, a nível de doutorado, chamei a atenção para esta dificuldade. É que fica difícil resolver em "chave histórica" (para usar expressão cara a Carlo Ginzburg) determinadas questões, a exemplo das noções de mito, imaginário etc. A noção de mito, por exemplo, encerra uma perspectiva estrutural tão abrangente que, a rigor, pode ser tomada como a negação da história feita pelos historiadores. Daí a crítica que desenvolvi, no trabalho referido, ao historiador italiano Carlo Ginzburg, um historiador cultural de renome, mas que empobrece sua obra intitulada *História Noturna: Decifrando o Sabá*, exatamente por ter discorrido sobre o mito do Sabá a partir da perspectiva da antropologia levi-straussiana (Cf. ARANHA, Gervácio Batista. *A Nova História, seus Temas e seus Métodos: um Diálogo com a Antropologia*. Campinas: mimeo., 1995, 27 pp.

107 ARANTES, Antonio Augusto. Apresentação à edição brasileira. In Davis, Natalie Zemon. Op. Cit., p. XI.

que, em suas relações, estejam imbricados com os “*modestos*”, seja por entrarem em conflito com estes últimos ou por partilharem suas “*atividades e suas crenças*”¹⁰⁸.

Finalizo dizendo que o próprio título *Culturas do Povo* é por demais sugestivo. São múltiplos os sujeitos que entram em cena para compor a trama histórica, camponeses, artesãos e as demais camadas populares das cidades. No conjunto, a autora procura esboçar um rico painel de sua cultura, descrevendo suas práticas cotidianas, analisando suas crenças, atitudes e visões de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma ou de outra a historiografia tem se renovado nas últimas três décadas. Se as primeiras rupturas em relação aos velhos paradigmas explicativos surgiram já na década de 1960 e se intensificaram na década seguinte, hoje esses velhos paradigmas explicativos estão de fato falidos. Seus enfoques, expressos sob a forma de modelos, já não são convincentes. Suas formas explicativas abstratos-formais, para não dizer vazias de sentido, já não convencem quem quer que seja minimamente esclarecido quanto às inovações ocorridas ao nível da historiografia nessas últimas décadas, tais como as que foram mostradas nas reflexões acima.

Há muito que não mais se aceita as “verdades” infalíveis com que costumava-se caracterizar o campo historiográfico, do tipo que assentava-se em chavões como “a história tal qual aconteceu” ou “a história como a história dos modos de produção”. E não é para menos, já que “a história tal qual aconteceu” é uma máxima que estava ancorada no pressuposto epistemológico da “neutralidade científica” ou de um conhecimento histórico “totalmente objetivo”, pressuposto que há muito caiu por terra. Quanto à máxima de que “a história só existe enquanto a história dos modos de produção”, o reducionismo é visível, o homem erigido ao estatuto de “*homo economicus*”.

Contra esse reducionismo, Marc Bloch chamou a atenção, já em 1940, para o fato de que a história, enquanto um campo do saber sobre o homem, deve se preocupar com todo o “*meio humano*”. Isto porque,

108 Cf. DAVIS, Natalie Zemon. Op. Cit., p. 7.

*...a ficção de trabalho que nos leva a recortar num ser de carne e de sangue estes fantasmas: homo economicus, philosophicus, juridicus é, sem dúvida necessária, mas suportável se recusarmos deixar-nos enganar por ela*¹⁰⁹.

Hoje, conforme demonstrado, as velhas ortodoxias faliram; hoje já não há lugar para postulados formais-abstratos, erigidos à condição de modelos. Até porque, os modelos invariavelmente levavam ou levam à antecipação de resultados e, paradoxalmente, a recorrência aos modelos costumava ser justificada como uma prática epistêmica em torno da qual não poderia haver dúvida quanto ao seu caráter científico. E, no entanto, nada pode ser mais contraproducente do que a aplicação pura e simples de modelos, para não dizer nada mais fácil do que “produzir” conhecimento dessa forma, uma vez que qualquer sociedade ou fatia de sociedade que se tome como objeto de estudo, o caminho a seguir é um só, a aplicação do modelo disponível.

A pesquisa em história hoje exige que se dê uma basta à aplicação pura e simples dos modelos referidos. Isto não significa que o historiador não possa traçar metas, elaborar hipóteses ou construir um problema relativamente a um objeto de estudo dado a partir de determinados pressupostos teóricos. Não só pode como deve agir dessa forma. Contudo, isto não quer dizer que tais metas, hipóteses ou problemas, incluindo também os pressupostos teóricos de que se valeu o historiador, sejam mantidos até o fim.

Há casos em que projetos de pesquisa inteiros têm que ser abandonados ou redefinidos, e isto pelo simples fato de que o trabalho de pesquisa revela que os dados disponíveis não casam com o que foi projetado, ou não condizem com os pressupostos teóricos que serviram de ponto de partida. Neste caso, o que se tem a fazer é traçar outro caminho, outras metas, partindo de novos pressupostos teóricos.

Assim é a pesquisa em história hoje; uma prática de pesquisa que rechaça a aplicação pura e simples de modelos teóricos de análise; que critica duramente os que realizam a pesquisa tão-somente para referendar o modelo adotado ou, precisando melhor, que critica aqueles que simplesmente “adequam” (não seria mais conveniente dizer “colam”?) os dados disponíveis aos pressupostos contidos no modelo referido.

109. BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. 2 ed. Lisboa: Edições 70, s/d.

Esse esboço crítico também é endereçado a certas apropriações teóricas ocorridas no contexto das novas abordagens historiográficas. Aliás, abordagens historiográficas que hoje estão em voga mas que em alguns casos já não são tão novas assim, exigindo, dos que se preocupam com questões de epistemologia no campo da história, que as observem com olho crítico, seja porque são de natureza esquemática, em si mesmas pobres, a exemplo do modelo narrativo de Hayden White (cujos *Trópicos do Discurso* são de um esquematismo a toda prova), seja porque autores e/ou vertentes têm sido apropriados de forma equivocada, transformados em modelos, a exemplo de certas apropriações de Foucault, Thompson etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. 2 ed. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia*. A Escola dos Annales. (1229-1989). São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- COSTA, Eleanora Z. *O Acontecimento Discursivo*. In Tânia Navarro Swain. (Org.). *História no Plural*. Brasília: Editora UNB, 1994.
- DARNTON, Robert. *História e Antropologia(anexo)*. In *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *O Grande Massacre de Gatos na Rua Saint-Severin*. In *O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Ritos de Violência*. In *Culturas do Povo*. Sociedade e Cultura no Início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DESAN, Suzanne. *Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Zemon Davis*. In Lynn Hunt. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 1996.
- _____. (Org.) *Eu, Pierre Rivière, que Degolei Minha Mãe, Minha Irmã e Meu Irmão*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Vigiar e Punir. O Nascimento da Prisão*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.
- GINZBURG, Carlo et alii. *A Micro-História e Outros Ensaio*s. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *História Noturna: Decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário*. In *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HABERMAS, Jurgem. *A Entrada na Modernidade: Nietzsche como Ponto de Viragem*. In *Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. In Peter Burke (Org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (coleção Oficinas da História, vols. 1 e 3).
- _____. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros. Uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases?* In *Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase*. 3 ed. Barcelona: Editorial Critica, 1989.